ign Envelope ID: 8F00A563-C80A-4ABE-A957-9B320C6AA546

Contrato 07/2022

ENERGIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

A	DISTRIBUIDORA			
Nome **EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**				
Endereço sede: Rd. Augusto Montenegro-Km 8,5			CNPJ nº: **04.895.728/0001-80**	Insc. Estadual nº **15.074480-3**
CEP: 66823010	Cidade: Belém	Estado: PA		

B	DADOS DO CONSUMIDOR (CC)		
Nome: **NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCREDITO CREDCIDADAO**			
Endereço: RUA DOS MUNDURUCUS Nº 3852			CNPJ / CPF nº: 19.513.382-0001/85
CEP: 66040-033	Cidade: BELEM	Estado: PA	

As partes acima identificadas, em conformidade com a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, aderem, de forma integral, a este Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Grupo B, na forma deste Contrato de Adesão que se sujeita à Lei nº 8.666, de 1993.

C	DO VALOR ESTIMADO
O valor total estimado do presente Contrato, exclusivamente para os fins da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para um período de 12 meses	

D	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Conta nº: UO: 960101.11.122.1297.8338.10		Natureza da Despesa: 339039	Fonte do Recurso: 0101002156

E	DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
A presente contratação foi celebrada com dispensa de licitação, nos termos do disposto no inciso XXII, do artigo 24 e no artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme processo que aprovou a dispensa da licitação, Processo nº_____e publicação realizada na imprensa oficial na data a seguir indicada_____/_____/_____.	

DAS DEFINIÇÕES

1. carga instalada: soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);

2. consumidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);

3. distribuidora: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;

Sign Envelope ID: 8F00A563-C80A-4ABE-A957-9B320C6AA646

4. energia elétrica ativa: aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);

5. energia elétrica reativa: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reativo-hora (kvarh);

6. grupo B: grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);

7. indicador de continuidade: valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;

8. interrupção do fornecimento: desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;

9. padrão de tensão: níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em volts (V), em que a distribuidora deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;

10. ponto de entrega: conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;

11. potência disponibilizada: potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da distribuidora deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da unidade consumidora;

12. suspensão do fornecimento: desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quarta;

13. tarifa: valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa; e

14. unidade consumidora: conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a distribuidora e o consumidor, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR

1. receber energia elétrica em sua unidade consumidora nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;

2. ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;

3. escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela distribuidora para o vencimento da fatura;

4. receber a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do vencimento, exceto quando se tratar de unidades consumidoras classificadas como Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, cujo prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis;

5. responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;

6. ter o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana para a solução de problemas emergenciais;

7. ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à distribuidora sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a unidade consumidora;

Sign Envelope ID: 8F00A563-C80A-4ABE-A957-9B320C6AA546

8. ser informado de forma objetiva sobre as providências acotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em normas e regulamentos;

9. ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;

10. ser informado, na fatura, do percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica aplicável a sua unidade consumidora e data de início de sua vigência

11. ser ressarcido por valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros;

12. ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento;

13. ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a partir da constatação da distribuidora ou da informação do consumidor;

14. receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o crédito estabelecido na regulamentação específica;

15. ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, após comprovado o pagamento de fatura pendente;

15. ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, observadas as Condições Gerais de Fornecimento;

16. ser ressarcido, quando couber, por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da respectiva data de solicitação ou, ainda, aceitar o conserto ou a substituição do equipamento danificado, em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica;

17. receber, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento, por parte da distribuidora, dos padrões de atendimento técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL;

18. ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;

19. ser informado, por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quando existir na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida;

20. ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às normas e padrões da distribuidora e às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica;

21. quando da suspensão do fornecimento, ser informado do pagamento do custo de disponibilidade e das condições de encerramento da relação contratual quando da suspensão do fornecimento;

22. cancelar, a qualquer tempo, a cobrança de outros serviços por ele autorizada; e

21. quando da suspensão do fornecimento, ser informado das condições de encerramento da relação contratual;

22. cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações para entidades ou outros serviços executados por terceiros por ele autorizada; e

23. ser informado sobre o direito à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e sobre os critérios e procedimentos para a obtenção de tal benefício, se for o caso.

24. receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior, referentes ao consumo de energia elétrica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

Sign Envelope ID: 8F00A563-C80A-4ABE-A957-9B3200CAA546

equatorial ENERGIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

1. manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;

2. responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de sua propriedade;

3. manter livre a entrada de empregados e representantes da distribuidora para fins de inspeção e leitura dos medidores de energia;

3. manter livre, aos empregados e representantes da distribuidora, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da unidade consumidora relacionadas com a medição e proteção; (Redação dada pela REN ANEEL 479, de 03.04.2012)

4. pagar a fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimento;

5. informar à distribuidora sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida na unidade consumidora;

6. manter os dados cadastrais da unidade consumidora atualizados junto à distribuidora, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso;

7. informar as alterações da atividade exercida (ex.: residencial; comercial; industrial; rural; etc.) na unidade consumidora;

8. consultar a distribuidora quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada; e

9. ressarcir a distribuidora, no caso de investimentos realizados para o fornecimento da unidade consumidora e não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA: DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção imediata, pelas razões descritas nos itens 1 e 2 seguintes, ou após prévio aviso, pelas razões descritas nos itens 3 a 5:

1. deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico

2. fornecimento de energia elétrica a terceiros;

3. impedimento do acesso de empregados e representantes da distribuidora para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;

4. razões de ordem técnica; e

5. falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E CONTRIBUIÇÕES DE CARÁTER SOCIAL

A distribuidora pode:

1. executar serviços vinculados à prestação do serviço público ou à utilização da energia elétrica, observadas as restrições constantes do contrato de concessão e que o consumidor, por sua livre escolha, opte por contratar; e

2. incluir na fatura, de forma discriminada, contribuições de caráter social, desde que autorizadas antecipadamente e expressamente pelo consumidor.

CLÁUSULA SEXTA: DO ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

Pode ocorrer por:

Sign Envelope ID: 8F00A563-C80A-4ABE-A957-9B320C6AA646

equatorial ENERGIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

1. pedido voluntário para encerramento da relação contratual e consequente desligamento da unidade consumidora, a partir da data de solicitação;

2. decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia praticados durante a suspensão; e

1. pedido voluntário do titular da unidade consumidora para encerramento da relação contratual;

2. decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora; e

3. pedido de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora.

4. Sem prejuízo das hipóteses de encerramento, o contrato possui prazo de vigência por período indeterminado

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA

1. vencido o prazo para o atendimento de uma solicitação ou reclamação feita para a distribuidora, ou se houver discordância em relação às providências adotadas, o consumidor pode contatar a ouvidoria da distribuidora;

2. a ouvidoria da distribuidora deve comunicar ao consumidor, em até 30 (trinta) dias, as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, cientificando-o sobre a possibilidade de reclamação direta à agência estadual conveniada ou, em sua ausência, à ANEEL, caso persista discordância;

3. sempre que não for oferecido o serviço de ouvidoria pela distribuidora, as solicitações e reclamações podem ser apresentadas pelo consumidor diretamente à agência estadual conveniada, ou, em sua ausência, diretamente à ANEEL.

Por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas

Sign Envelope ID: 8F00A563-C80A-4ABE-A957-9B320C6AA546

equatorial
ENERGIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

Belém, 03 / 10 / 2022

CONSUMIDOR	DISTRIBUIDORA
João Marcel Cavalcante da Costa Nome: JOÃO MARCEL CAVALCANTE DA COSTA Cargo:DIRETOR GERAL CPF nº: 697.245.802-10	Bruno Margato Clemente DIRETOR PRESIDENTE
Nome: Cargo: CPF nº:	FERNANDO POMPEU DOS SANTOS FILHO FERNANDO POMPEU DOS SANTOS FILHO SUPERINTENDENTE
Nome: Cargo: CPF nº:	**Testemunha:** Haroldo Nobre da Cunha HAROLDO NOBRE DA CUNHA GERENTE DE CLIENTES ESPECIAIS
Testemunha: Nome: Cargo: CPF nº:	**Testemunha:** JURACI NEGRAO DE VILHENA JURACI NEGRAO DE VILHENA CONSULTOR DE CLIENTES ESPECIAIS

ign Envelope ID: 8F00A563-C80A-4ABE-A957-9B320C6AA546

equatorial ENERGIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

ANEXO I - RELAÇÃO DE CONTAS CONTRATOS

987409	
987417	

Nádia Helena B. do Amaral e Silva	2022290/1	02/03/2021	01/03/2022	21/11/2022	22/12/2022
Ranieri Teles Vasconcelos Segundo	5913405/2	17/08/2021	16/08/2022	07/11/2022	25/11/2022
Rutiane Vieira Azancot Moura	57217932/1	22/06/2019	21/06/2020	03/11/2022	22/11/2022

ILSON JOÃO SCHUBER - Presidente em exercício

Protocolo: 860621

CONTRATO

PAE Nº 2022/1202114 | CONTRATO Nº 28/2022-JUCEPA

ONTRATO DE COTA DE APOIO - PARTICIPAÇÃO EM EVENTO DE EXPOSIÇÃO
vento: SUPERNORTE 2022. 23ª CONVENÇÃO DE SUPERMERCADOS E
ORNECEDORES DA REGIÃO NORTE
ocadora: Associação Paraense de Supermercados (ASPAS), CNPJ nº
5.575.030/0001-40
poiador/Expositor: Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), CNPJ nº
4.825.329/0001-42
ocal: HANGAR CENTRO DE CONVENÇÕES E FEIRAS DA AMAZÔNIA, CNPJ
º 08.746.928/0001-21, endereço: Av. Dr. Freitas, S/N, esquina c/ Av.
rigadeiro Protásio, Bairro Marco, Cidade Belém, UF Pará, CEP 66.613-902.
LÁUSULA PRIMEIRA • DO OBJETIVO: 1.1. O presente contrato tem por
inalidade a Cota de Apoio Oficial destinado a participação no Evento acima
nencionado, com respectivas contrapartidas abaixo discriminadas.
LÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: 2.1. O valor do presente patrocínio
mporta em R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS). 2.2 O pagamento será
efetuado em parcela única.
LÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.1. Os recursos or-
amentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Con-
rato constam do orçamento aprovado da JUCEPA para o exercício de 2022,
omo a seguir especificado:
72201.23.122.1297.8338 Operacionalização das Ações Administrativas
Natureza da Despesa: 339039.22 Serviços PJ- (Exposições, Congressos
Conferências, Feiras, etc)
Fonte: 0261/0661 Rec da Adm Indireta (próprios)
PI: 4120008338c
LÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE/VIGÊNCIA: 6.1. O presente contrato tem
alidade/vigência até o cumprimento integral das obrigações pela LOCA-
DORA e pelo LOCATÁRIO, assumidas no presente Contrato de Locação de
Estande(s) e no Regulamento Geral do Evento.
Data da assinatura: 03/10/2022
Ordenador: Vilson João Schuber - Presidente em exercício da JUCEPA

Protocolo: 860821

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2022-NGPM CREDCIDADÃO

REFERÊNCIA: Dispensa de licitação nº 01/2022 Processo nº2022/1110466
OBJETO: Contratação de Empresa para prestação do serviço público de energia elétrica entre a distribuidora e o consumidor, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
VALOR GLOBAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 03/10/2022
VIGÊNCIA: 03/10/2022 a 02/10/2023
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 960101.11.122.1297.8338.10
Natureza da Despesa – 339039
Fonte: 0101000000
CONTRATADA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ nº 04.895.728/0001-80.
Endereço: Rd. Augusto Montenegro – Km 8.5, CEP 66083.010, Belém/PA.
Belém/PA, 04 de outubro de 2022
Ordenador da Despesa: JOÃO MARCEL CAVALCANTE DA COSTA
Diretor Geral - NGPM Credcidadão

Protocolo: 861135

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 130 DE 31 DE AGOSTO DE 2022

O Diretor Geral do NGPM Credcidadão, no uso de suas atribuições legais, conferidas no art. 3º da Lei nº 7.774 de 23/12/2013 e Decreto publicado no Diário Oficial do Estado nº34.918 de 1º de abril de 2022
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº 130 de 01 de setembro de 2022, publicada no DOE Nº 35.100, página 91 e 92 de 01 de setembro de 2022, as férias da servidora HELLEN ROSE LOBATO SANTOS, Id. Funcional nº5961639, ocupante do cargo de Diretora Operacional no período de 03 de outubro de 2022 a 01 de novembro de 2022.
II-Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se
João Marcel Cavalcante da Costa
Diretor Geral
NGPM-CREDCIDADÃO

Protocolo: 860805

PORTARIA Nº 149 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

O Diretor Geral do NGPM Credcidadão, no uso de suas atribuições legais, conferidas no art. 3º da Lei nº 7.774 de 23/12/2013 e Decreto publicado no Diário Oficial do Estado nº34.918 de 1º de abril de 2022.
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº 149 de 30 de setembro de 2022, publicada no DOE Nº 35.136, página 83 de 30 de setembro de 2022, a qual designou a servidora ANA TEREZA GAMA DE SOUZA, Id. Funcional nº5951834, ocupante do cargo de Diretora Operacional em exercício no período de 03 de outubro de 2022 a 01 de novembro de 2022 devido as férias da Diretora Operacional.
II-Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se
João Marcel Cavalcante da Costa
Diretor Geral
NGPM-CREDCIDADÃO

Protocolo: 860808

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

ERRATA

ERRATA

Na matéria, protocolo nº 321858, publicada no DOE nº 35.027, DE 29 DE JUNHO DE 2022-EDIÇÃO EXTRA, referente ao Extrato do Convenio nº 123/2022:
ONDE SE LÊ: Vigência: 29/06/2022 a 28/12/2022
LEIA-SE Vigência: 29/06/2022 a 27/10/2022
Ordenador: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretario de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 860670

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Na matéria, Protocolo 77594, publicada no DOE nº 34.905, de 24 de março de 2022, referente ao Convênio nº 44/2022;
ONDE SE LÊ: Valor Global: R$ 442.355,80;
LEIA-SE: Valor Global: R$ 491.506,44
Ordenador Responsavel: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretario de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 861145

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 959 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO publicado no DOE nº 34.931 de 12/04/2022 e no uso das atribuições delegadas através da Portaria nº 239 de 18 de abril de 2022, publicada no DOE nº 34.938 de 19/04/2022.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013;
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/1449562;
R E S O L V E:
I – DESIGNAR os servidores EDIVANILDO GONÇALVES CAMARÃO, Identidade Funcional nº 57213982/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – Engenharia de Pesca, lotado na Diretoria de Ciência e Tecnologia - DCT, CHRISTIANE ELLEN DA SILVA NEGRÃO, Identidade Funcional nº 54181836/3, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública – Estatística, lotada na Diretoria de Ciência e Tecnologia – DCT e HELEN THEYLA COSTA DA CUNHA, Identidade Funcional nº 54192460/4, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia – Ciências Tecnológicas, lotada no Núcleo de Planejamento; na condição de Fiscais e Suplentes, respectivamente, para acompanharem e fiscalizarem a execução do Convênio de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nº 003/2021, celebrado entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET e a FUNDAÇÃO GUAMÁ, que tem por objeto a execução do Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação intitulado "Projeto Estatística e Avaliação de Estoque Pesqueiro do Estado do Pará (Áreas Marítimas e Estuarinas)".
II – Caberá aos servidores designados neste ato a obrigação de anotar em registro próprio todas as ocorrências e deficiências porventura existentes na execução do referido Convênio devendo tomar providências para a regularização das faltas ou defeitos observados.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 30 de setembro de 2022.
ADEJARD GAIA CRUZ
Secretario Adjunto

Protocolo: 860626